

Considerações sobre o pensamento de Caio Prado Júnior:

colonização e revolução

Israel Pacheco Júnior¹

Resumo

O presente trabalho visa apresentar, em perspectiva, o pensamento de Caio Prado Júnior. Discorremos fundamentalmente sobre as categorias que avaliamos ser centrais em sua obra, quais sejam, o sentido da colonização e o sentido da revolução. Entendemos que há uma possibilidade intrínseca de interpretação desses conceitos norteando sua análise, e nossa ideia foi discutir essa correlação direta, ainda que, de modo simplificado, nas diversas correspondências do conjunto da sua obra e do contexto apreendido pelo autor na sua interpretação *sui generis* da história do Brasil.

Palavras-chave: Colonização; revolução; história; marxismo.

Considerations about the thinking of Caio Prado Júnior:

colonization and revolution

Abstract

This dissertation aims to put in perspective the thoughts of Caio Prado Júnior. We fundamentally discourse about the categories we conclude to be the essential in his work, related to the purpose of colonization and the purpose in evolution. We understand there is an intrinsic possibility of understanding these concepts following his analysis, and our idea was to discuss this direct correlation, even if in a simplified manner, among the many correspondences in the entirety of his work, and the context adopted by the author in his *sui generis* interpretation of Brazilian history.

Keywords: Colonization; revolution; history; marxism.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e bacharel em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. *E-mail:* artmolotov@yahoo.com.br.

Introdução

Procuramos neste artigo recuperar uma forma particular do pensamento social brasileiro e na medida do possível fazer uma interpretação destacando dentro de nossa perspectiva o que de mais elementar esteve presente na contribuição de Caio Prado. Entendemos que não fizemos algo inédito, mas tentamos verificar as mediações possíveis do pensamento do autor dentro da sua própria obra a partir das categorias elencadas, reconstruindo um pensamento de forma dialética e, quando cabível, inferindo em outras particularidades de sua interpretação a partir das mesmas categorias. Buscamos com certa atenção evitar que a exposição se tornasse mera reprodução do texto do autor, desta forma arriscamos trazer à tona o que há de mais fundamental em seu pensamento dando luz e contribuindo com a história das ideias marxistas no Brasil e do pensamento social brasileiro distintamente marcado por esta faceta. Nossa contribuição também vem no sentido de fomentar e reavivar o pensamento crítico que por grande parte do século XX foi perseguido na academia e fora dela.

No mais, tentamos despontar como a particularidade das categorias sentido da colonização e sentido da revolução estão de certa forma imbricadas, nossa hipótese é que o segundo sentido decorre necessariamente do primeiro, quer dizer, supomos que a investigação do autor vai revelando que a superação da vocação agrária e a construção de uma dinâmica distinta na conjuntura brasileira, mesmo fortemente marcadas pela atuação imperialista, se faz mediante um processo revolucionário, de mudança estrutural ainda que permeado pela conjuntura interna.

Origens²

Caio Prado Júnior é filho direto da abastada Família Prado³ por parte de pai e dos Álvares Penteado por filiação materna. Aristocracias paulistanas que, por meio dos negócios do

² Para melhor compreensão e análise mais sistemática dos aspectos biográficos de Caio Prado, utilizamos e indicamos: IGLÉSIAS, Francisco. *Caio Prado Júnior: História*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1982; IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007; KAREPOVS, D. Caio da Silva Prado Júnior: um perfil biográfico. In:_____. (Coord.) *Caio Prado Júnior, parlamentar paulista*. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003; MARTINEZ, Paulo Henrique. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008; SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2008; WIDER, Maria Célia. *Caio Prado Jr.: um intelectual irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007; D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

³ Heitor Ferreira Lima destaca, “a estirpe portuguesa dos Prado provém de Bragança, em Portugal, nas fronteiras da Espanha, no século XIII, com pendor atávico para viagens e empresas de grande porte e atividades temerárias. O fundador da família Silva Prado no Brasil foi o sargento-mor Antônio da Silva Prado que chegou aqui em meados do século XVIII” (LIMA, 1989, p. 15).

café, agricultura, indústria e finanças, tomaram grande vulto na cena brasileira. O papel da família Prado no desenvolvimento da cidade é significativo: “está intrinsecamente relacionada à história de São Paulo, principalmente a partir do deslocamento da atividade cafeeira para o estado e sua considerável expansão de 1850 em diante, que marcou um novo ciclo na economia do país” (WIDER, 2007, p. 22).

A cafeeicultura impulsionou a ocupação do estado e, por conseguinte, seu desenvolvimento material exigia mão de obra para abastecimento do mercado que se consolidava⁴. Seja no plantio do café, no desenvolvimento industrial da cidade, nas finanças, nas disputas políticas da época, ou mesmo pelas lutas de independência e a favor da abolição, os Silva Prado tiveram um papel relevante nesse conjunto de fatos que marcaram nossa história.

Foi neste universo que nasceu Caio Prado Júnior, no ano de 1907. Por um lado, com todas as influências dos negócios e empresas de seus avós e antepassados, bem como pela política, como um instrumento de justiça e reafirmação dos princípios de uma oligarquia que se consolidava; por outro lado, forjado pelas circunstâncias materiais que os favoreciam se afirmavam os intelectuais deste núcleo, embebidos pela dinâmica econômica que os engendravam, puderam contribuir com ideias inovadoras no cenário paulistano e brasileiro. Entre 1924 e 1928, Caio Prado cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, no largo São Francisco, naquela instituição que era – e ainda é – destino quase que obrigatório dos filhos da abastada elite brasileira. Torna-se bacharel aos vinte e um anos de idade. Lá o interesse pela política foi pouco a pouco sendo a florada no jovem, pois além de participar das atividades da agremiação estudantil, com debates para além das necessidades postas pelo curso, participou do I Congresso dos Estudantes de Direito, onde apresentou um trabalho sobre a quebra do padrão monetário e a fixação do câmbio, onde já demonstrava seu interesse pela economia política, e que de fato, se constituiu como a contenda que o acompanhou pela vida toda.

Em 1931 entra no Partido Comunista Brasileiro. O PCB havia sido fundado em 1922 por operários e intelectuais sob o programa da III Internacional Comunista. Este deveria ser o intelectual orgânico coletivo para o proletariado difundir em sua base uma consciência dos princípios e tarefas do comunismo. A partir da adesão de Caio Prado Júnior, sua vida muda radicalmente. Por intermédio de sua militância era colocado ao lado de pessoas bem diferentes de sua classe e posição social, passando a enxergar melhor as condições dos trabalhadores brasileiros, uma realidade bastante distinta para um filho abastado da elite paulistana e dos círculos que até então havia frequentado. Caio Prado exerceu tarefas políticas de relevo no seu

⁴ MARTINEZ, Paulo Henrique. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008, p. 30.

engajamento nos anos que seguiram, foi vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), na seção de São Paulo, junto com o general Miguel Costa, ex-combatente e um dos líderes da Coluna Prestes. O agrupamento político nacional anunciava Luís Carlos Prestes como o seu presidente de honra. As organizações comunistas do mundo todo se articularam em torno das chamadas “Frentes Populares”, numa tentativa massiva de organizar os trabalhadores e fazer frente aos avanços do nazismo em várias partes do mundo. A ANL reunia em suas fileiras uma parte do tenentismo, algumas correntes de esquerda, uma parte do segmento da burguesia e classe média, e uma parcela do proletariado não organizado. Por intermédio de seu Partido concorreu para a cadeira de deputado federal, em 1945, mas não conseguiu se eleger, fica como terceiro suplente e não chegou a compor a bancada na Assembleia. Dois anos depois, concorre novamente, mas pelo cargo de deputado estadual e conquista uma cadeira na Assembleia Legislativa, cargo que exerceu por volta de dez meses, até o PCB ser cassado e entrar na ilegalidade.

Em 1942, o autor lançaria aquela que seria a sua obra prima de interpretação da realidade brasileira, o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*; três anos depois, a pedido da Editora mexicana *Fondo de Cultura Económica* lançou o livro *História Econômica do Brasil*. De forma geral foram livros de forte impacto nos estudos posteriores sobre o Brasil e teve grande contribuição nas diversas áreas das ciências humanas. É nesta década que também funda a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês, na tentativa de divulgação de uma literatura – científica e literária mais especializada acerca dos diversos aspectos da conjuntura brasileira – para o público em geral.

Entre as décadas de 1950 e 1960 Caio Prado também foi cassado pela Universidade, pois em nenhuma das três vezes que disputou uma vaga para seguir como professor universitário obteve êxito em função da perseguição do governo, do conservadorismo e da política interna que limitou o seu acesso e a divulgação de uma criticidade mais aguçada aos moldes do autor. Em 1954, pleiteia a Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para tanto apresenta o trabalho intitulado *Diretrizes Para uma Política Econômica Brasileira*. Essa era uma perspectiva que Caio Prado assumia não só para intervenção política, mas também para a divulgação das suas ideias. Nesse concurso, como os professores não tiveram coragem de reprová-lo, lhe outorgaram a titulação de livre docente. O trabalho é sistematizado em livro e lançado no mesmo ano. Mais tarde, já pelos idos de 1963, é chamado para ministrar aulas na Faculdade Estadual de Araraquara, que posteriormente seria a UNESP, e mesmo tendo sido aprovado no concurso, foi vetado pelo governo do Estado. Já em 1968, candidata-se ao cargo de Professor de História pela Universidade de São Paulo (USP), onde substituiria Sérgio Buarque de Holanda, mas o concurso é cancelado. Ainda assim, publica em forma de livro a tese apresentada

no concurso intitulada *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*.

Durante toda vida Caio Prado fez muitas viagens pelo Brasil e o mundo, manteve contatos com diversos militantes e intelectuais, permaneceu escrevendo para jornais e revistas, e nunca abandonou o trabalho intelectual. Morreu em 23 de novembro de 1990.

O sentido da colonização

Caio Prado assume tanto metodologicamente quanto politicamente uma postura intelectual que de certa forma o acompanhará pela vida toda: a incorporação do marxismo em sua análise e conduta política, mas sem deformar o período que interpreta a partir desse pressuposto. No caso do autor fica difícil separar as esferas de pensamento e ação, pois todo o seu argumento está respaldado pela perspectiva analítica acerca da realidade. Konder (1989), visualizando esta dimensão em Caio Prado destaca que os historiadores materialistas introjetados pela perspectiva de transformação, destacadamente comprometidos com um processo revolucionário em seu país, necessitam: “reconstituir o quadro, compreender os problemas postos pela vida, avaliar as condições materiais, para poder entender criticamente as iniciativas (...) o ânimo com que os homens se movem na arena da luta a qual se veem colocados”.⁵ É a partir desta especificidade que enxergamos o autor e tomamos esta particularidade como critério da investigação das suas obras.

Ao verificarmos como a adaptação do método⁶ investigativo pautado pelo marxismo de Caio Prado é elaborado e exposto, notamos certa proximidade também com Lukács, que afirma que o que prevalece nessa especificidade de procedimento “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história”.⁷ O autor brasileiro seguramente remete a esta dinâmica e dimensão na interpretação de sua análise, pois se enxergarmos apenas as determinações econômicas em seu esquema interpretativo apelamos ao equívoco de subtrair aquilo que está intrínseco à dimensão totalizadora de seu esquema analítico:

⁵ KONDER, Leandro. A Façanha de uma Estréia. In: D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 138.

⁶ Concordamos com Lincoln Secco, quando destaca que “O método em Caio Prado, conforme formalizado em seus livros a partir dos anos 1950, não estava acabado nos anos 1940. Ele não formalizou um método para aplicá-lo à história. Ao contrário, adaptou um método e por intermédio dele foi à história concreta para empreender a viagem de retorno e elaborar uma formalização científica” (SECCO, 2008, p. 176).

⁷ In: PAULO NETO, José. Introdução ao Estudo do Método em Marx (2011, p. 14).

o materialismo histórico e dialético.⁸ No capítulo introdutório de *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado (2000) já destacava a sua perspectiva analítica sinalizando que todos os povos têm em sua evolução um *certo sentido*, e isto se percebe não nos pormenores da história, mas no conjunto que os constituiu dentro de um “*largo período de tempo*”. O autor aponta a existência de uma “linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida numa determinada orientação”. E conclui que é isto que o historiador/pesquisador deve procurar quando aborda a análise da história de um povo, pois todos os outros aspectos não são senão partes de um todo, que deve ser o objetivo de quem investiga. Octavio Ianni (1989) destaca o seguinte aspecto em relação a Caio Prado reafirmando a questão daquele procedimento em sua obra,

Na interpretação dialética da história da sociedade brasileira, a reflexão lida principalmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida (...). Tomada como um todo, a obra historiográfica de Caio Prado compreende uma interpretação bastante elaborada da formação da sociedade brasileira. Procura explicar como se forma e transforma a nação, tendo em conta os séculos de escravismo e economia primária exportadora; os surtos mais ou menos débeis, até certa época de industrialização; o desenvolvimento das classes sociais por sobre o largo passado escravista; o jogo das forças sociais internas e das pressões econômicas e políticas externas; as articulações e os desencontros entre as tendências predominantes na sociedade civil e as que prevalecem no poder estatal. Reinterpreta a Colônia, o Império e a República, revelando as forças sociais que operam na composição e transformação da sociedade nacional. Trata-se de uma pesquisa abrangente, totalizante, ao mesmo tempo que sensível a aspectos sociais, humanos, culturais, e outros, vistos em contextos particulares ou episódicos, mas significativos (IANNI, 1989, p. 65-66).

A questão é aparente na forma como a categoria *sentido da colonização*, sendo um elemento central daquele diagnóstico histórico e correspondente direto das conjunções que correspondem à nossa forma de ser, se correlaciona com todos os aspectos da formação do caráter de uma possível nacionalidade brasileira, quer dizer, a expressão da categoria corresponde diretamente à formação de todos os outros sentidos na compreensão do autor, em relação ao conjunto da nossa formação social: nas relações sociais, nas relações sociais de produção, no desenvolvimento das forças produtivas, na relação com o mercado internacional, no processo de

⁸ Sobre o desdobramento da categoria presente na maioria das suas obras, interessante ressaltar a observação de Paulo Teixeira Iumatti sobre o seguinte aspecto da obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que aponta a dimensão dialética do livro, “seguindo em parte, essa tríade – população, vida material e vida social, política e cultural – Caio Prado Jr. procurava deslindar, em uma linguagem informal e densa, a um só tempo detalhada e sintética, cada um desses três fatores, colocando-os em um jogo dialético” (IUMATTI, 2007, p. 17).

industrialização, com o imperialismo etc.⁹ Tudo está ligado a um objetivo exterior em que a colonização é a essência fundamental daquele sentido. No entanto, não há aqui relação de causa e efeito que caracterize de forma veemente e totalizadora a explicação destas conjunções, pois inferir o *sentido da colonização* nestes termos é entendê-los, segundo verificamos a partir de Caio Prado, como resultado de uma análise simplesmente histórica do conjunto de aspectos da nossa formação econômica e social. Para Secco (2008), a partir de Caio Prado, nota-se um importante aspecto acerca da categoria, onde desvenda seu aparente aspecto teleológico, pois assim como o próprio Marx, ele pretendia a partir de uma metodologia científica “ultrapassar o nível do pensamento como representação dos dados imediatos e abarcar o pensamento como conceito; assim o sentido da colonização não é uma teleologia, um destino manifesto, mas o resultado de uma investigação histórica, algo concreto” (SECCO, 2008, p. 179). Nas palavras de Caio Prado “(...) é este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico, como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (PRADO JÚNIOR, 2000). São esses elementos que compõem a exploração tropical, como condição necessária para produção em larga escala e para oferecer um rápido retorno mercantil aos mercados europeus. O *sentido* deve ser entendido como uma categoria que desvenda a realidade (RÊGO, 2000), pois Caio Prado parte da ideia de que a evolução de um povo tem um “certo sentido”, “uma linha mestra e ininterrupta”, a qual detém uma orientação, e é esse discernimento que se deve procurar ao fazer a “análise da história de um povo”. No conjunto de sua obra historiográfica, percebemos a recorrência aos elementos constitutivos da categoria que dá vida e sentido a toda sua interpretação e articula seu argumento. Desde o seu efetivo aparecimento no livro referencial *Formação do Brasil Contemporâneo*, notamos a vinculação daquele propósito na demonstração da análise e no discurso do autor, bem como na forma como estuda a conjuntura do país em momentos distintos, e nas demais obras de sua autoria.

Apesar da contundente crítica apresentada a Caio Prado, Carlos Nelson Coutinho (1989) no parágrafo inicial do artigo *Uma via não clássica para o capitalismo*, aponta a ligação da categoria *sentido da colonização* em correspondência direta com as demais obras de sua autoria. Como nota o crítico, há uma linha permanente que identifica e amarra o pensamento de Caio Prado a partir do “sentido da colonização”, efetuada no brilhante capítulo com que se inicia sua obra prima (de 1942), e as propostas para a “revolução brasileira”, explicitadas em sua última produção significativa (de 1966)” (COUTINHO, 1989, p. 115).

⁹ Não nos cabe aqui refazer esse processo, esse debate está melhor apresentado em Rubem Murilo (2000), capítulo 3, O Estigma Mercantil.

Corroborar Ricupero, destacando que a obra de Caio Prado tem o mérito na literatura que interpreta o Brasil pelo seu caráter sistemático, pois “como poucos pensadores brasileiros, chega praticamente a deduzir toda sua obra de uma categoria central: o sentido da colonização” (RICUPERO, 2000, p. 28, nota 11).

Esse recurso constante de volta aos terminantes explicativos não pode ser entendido como mero discurso de ênfase como nota Novais,¹⁰ mas, estabelecida a “essência do fenômeno, dispõe-se da categoria explicativa básica para reconstrução da realidade, dando-lhe inteligibilidade: daí, a volta permanente ao ponto de partida”. Nesse sentido, consideramos como eixo central da sua análise a forma correspondente como retoma e remete a categoria à sua explicação e interpretação da nossa formação social, voltando constantemente a sua formulação: a colonização e suas expressões.

O *sentido da colonização* como sendo o propósito de um grande negócio dirigido pela colonização europeia é nestes termos o mote orientador da análise materialista dialética do autor, pois a interpretação de nossa história e formação social está balizada por esta expressão e correspondência, bem como nossa inserção na história do capitalismo mundial, mas como salienta Caio Prado, sempre de forma dependente dos fatores contingenciais externos e em função daqueles produtos com maior rentabilidade no mercado internacional. O negócio nos trópicos como expressão que remete ao sentido da história da formação e do caráter de uma nacionalidade¹¹ brasileira é uma expressão particular de seu pensamento. Este *sentido*, de certa forma, orienta toda conjuntura conformada por três séculos de história esboçando uma síntese entre nós. Na introdução de *Formação do Brasil Contemporâneo* o país se define assim: “o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual”.¹²

A verificação da síntese histórica daquele *sentido* se situa entre a passagem do século XVIII para o XIX, este seria o seu momento de formação - o que surge a partir daí gera algo novo. Como nota José Carlos Reis, “aqui os três séculos de colonização encerram-se e se inicia a construção do novo Brasil (...) o regime colonial realizara o que tinha de realizar, a obra da metrópole estava terminada” (REIS, 1999).

¹⁰ NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Jr., historiador”, Revista Novos Estudos CEBRAP, nº 2. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1983.

¹¹ A particularidade deste pensamento está no fato de que segundo Caio Prado o Brasil ainda não se transformou em uma nação, segundo a Introdução de *Formação do Brasil Contemporâneo* e outros. A partir da dinâmica imposta ao país não foi possível completar a “evolução de uma economia colonial para a nacional”, como mencionado posteriormente em *História Econômica do Brasil*.

¹² Prado, 2000, p. 02.

Colonização

Encarada dentro de um quadro específico de orientação política e econômica conformada pela nova conjuntura que se abria na Europa Moderna, a colonização nos trópicos ou na América como um todo atendeu a características particulares. Parte de uma orientação da política mercantilista com todos os seus pressupostos, como ferramenta impulsionadora de afirmação de uma nova dinâmica imposta pelos países no Velho Continente e consolidação de uma estrutura de poder político e de ascensão econômica de uma nova classe, a burguesia. É dentro desta relação que olhamos para a colonização portuguesa em terras americanas tropicais, ou seja, a colonização de exploração que orientou a ação política das potências marítimas da Europa. No caso da América portuguesa lembramos que a colonização nesta imensa região é fruto da expansão ultramarina europeia, contudo, as formas de colonização do continente são distintas, de dois tipos fundamentalmente: em uma prevalece a forma de *povoamento*; na outra, a colonização é do tipo de *exploração*. É a partir dos elementos que constituem historicamente cada uma dessas formações sociais que vemos o sentido dado à categoria de nosso autor, pois informa os objetivos primeiros de cada tipo de colonização e as correspondências históricas que cada uma carrega. Pois relembando as palavras do próprio Caio Prado Jr. (2000) “aos povos da Europa não ocorre a ideia de povoar inicialmente o continente, é o comércio que interessa”. No entanto, as questões contingenciais tiveram importância de relevo na perspectiva de defesa do território, assim como o caráter mercantil que assumiu a exploração. E assim consumou-se a categoria central de análise de nosso autor. Vejamos as diferenças de processos.

Para as regiões situadas nas zonas temperadas da América, dirigiram-se fundamentalmente os ingleses, em função dos processos político-religiosos e econômicos que passavam no velho continente. Por um lado, a Inglaterra vivia um processo de privatização das suas áreas de pastagens, com os *cercamentos* das terras e a expulsão dos camponeses para as cidades; era o período de gestação das indústrias e uma nova forma de produção material da vida nas áreas em processo de urbanização; por outro lado, uma forte perseguição político-religiosa aos puritanos ingleses. Caio Prado (2000) nos mostra que esse tipo de colonização parte de condições e circunstâncias especiais, pois nada tem a ver com a ação de traficantes e exploradores sedentos por lucro. Cita o autor: “o que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 15).

Já em relação às regiões situadas nas áreas tropical e subtropical do continente, a história tem outra peculiaridade. Caio Prado mostra como as condições naturais do clima, da vegetação e da fauna, distintas do ambiente europeu, repeliram o colono num primeiro momento; entretanto a diversidade dos estímulos encontrados posteriormente, e em certa abundância, foram os fortes impulsionadores que os instigaram a permanecerem nas zonas tropicais. Os chamados produtos exóticos destas terras e que faziam falta a Europa foram os principais estímulo que faltava ao europeu – açúcar, pimenta, tabaco, anil, arroz e algodão¹³. A extração, produção e exploração dos bens desta região, bem como de seus homens, foi o mote principal deste tipo de colonização, caracterizando uma parte de nosso território, e serviu de base impulsionadora daquele processo. Caio Prado destaca: “(...) seus solos são férteis, e prestam-se admiravelmente, por tudo isto, à agricultura tropical, que efetivamente servirá de base econômica não somente da sua ocupação pelos colonos europeus, mas de ponto de partida e irradiação da colonização”.¹⁴

Dentre as questões que diferem fundamentalmente os dois tipos de colonização, estão as relações de trabalho e produção. Nas zonas temperadas, o europeu colonizador veio como trabalhador assalariado ou mesmo como pequeno proprietário de um determinado negócio, mas trabalhando em suas terras, juntamente com sua família. Nas zonas tropicais, “em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do Homem”, o europeu veio como dirigente da produção daqueles gêneros de grande rentabilidade no mercado internacional. Neste caso, não trabalha necessariamente nas terras encontradas, pois outros trabalhavam para ele. Por estas partes sequer se ensaia o trabalho do homem branco, como nas zonas temperadas.¹⁵ O que define essa perspectiva é o tom que a exploração agrária tomará nos trópicos: “se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações (as plantations das colônias inglesas) – que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores” (PRADO JÚNIOR, 2006 p. 17 e 18). O que imperava como forma predominante de produção nesta região era o trabalho escravizado; desde o início os portugueses foram os pioneiros nesse processo, os precursores de uma nova feição na escravidão de trabalhadores negros africanos e indígenas e de manutenção do domínio de áreas fornecedoras desses mesmos braços.

¹³ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil* São Paulo: Círculo do Livro, s.d., p. 19. Cada um desses produtos atendeu a um tempo e período específicos na história da colonização dos trópicos, assim como fizeram parte em maior ou menor escala do processo de exploração inseridos na lógica de escamoteação das riquezas das terras sul-americanas.

¹⁴ Idem, p. 7 e 8.

¹⁵ Caio Prado aponta que os limites à mão de obra do homem branco partiu também da própria conjuntura europeia, mais especificamente de Portugal e Espanha, que não tinham braços suficientes em seu território, nem homens dispostos a emigrar por qualquer valor (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 18).

O autor conclui desta análise que as formas correspondentes de colonização nas zonas temperadas e nas demais áreas do continente, nas zonas tropicais e subtropicais, tomam rumos distintos.¹⁶ Nas primeiras tem-se a constituição de colônias de *povoamento*, nas quais o europeu veio formar no novo mundo algo semelhante ao que vivia na Europa; no segundo caso, nas zonas tropicais e subtropicais, inicialmente, tem-se a *colonização de exploração* e não será uma simples feitoria aos moldes africanos e asiáticos, pelo contrário, nela prevalecerá o trabalho escravizado e conservará um acentuado caráter mercantil. Neste fato particular da colonização está a feição que marcará profundamente as relações na colônia e ditará os caminhos que seguirão o seu desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos como nos sociais e políticos, pois aqui a vasta empresa que predomina e concentra a exploração tira todos os proveitos possíveis em função do comércio europeu. Nas palavras de nosso autor “é este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes”. E conclui:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira (PRADO JÚNIOR, s.d., p. 22).

A história da América portuguesa está totalmente ligada à expansão comercial e colonial da época moderna, os mecanismos dessa conquista projetaram e informaram a organização econômica, política e social do país, as atividades antes concentradas no mediterrâneo foram em

¹⁶ Cabe destacar um tipo de colonização de povoamento também distinto em terras tropicais, na América portuguesa, quando da incorporação do Rio Grande do Sul em território brasileiro, em outro momento da história, mas que consideramos importante caracterizar em função do que foi aquele tipo de colonização e que teve início em meados do século XVII. Caio Prado mostra que o que se consumou naquela parte seguiu uma lógica inversa, pois teve como base econômica a pecuária e a chamada sesmaria – distribuição de terras. Logo após a restauração da coroa portuguesa, em 1640, coube a estes estender seu domínio metropolitano por todo o território, e naquela região quase um século depois foi efetivado um tipo de colonização original no país, onde se recorreu às camadas pobres e médias da população portuguesa, sobretudo dos Açores, e foram concedidas vantagens aos que aceitaram, tais como sementes, animais, ferramentas etc. A grande diferença está no fato de a propriedade fundiária ser subdividida, o trabalho escravo ser raro, a população era formada de maneira etnicamente homogênea, não havia hierarquia entre as classes, viviam em estâncias e formavam comunidades (PRADO JÚNIOR, s.d., p. 100-102).

grande medida deslocadas para o Atlântico.¹⁷ Desta forma, podemos inferir que a colônia nasce circunscrita no âmbito da modernidade capitalista que a determina. Revela-se dentro dos parâmetros de uma sociedade atrelada a sua metrópole e em vias de desenvolvimento, e sempre em função daquela e o que se conformava por aqui era uma junção sobredeterminada do modo de produção capitalista associado ao trabalho escravo. O que se verifica atende necessariamente à estrutura do antigo sistema colonial marcado pela transição do sistema feudal para o capitalismo, processo que se desenvolve em meio à acumulação primitiva de capitais para a Metrópole (Europa), ao mesmo tempo em que foi o período de afirmação das monarquias absolutistas. O processo é conhecido do ponto de vista das relações econômicas, como capitalismo comercial e a política mercantilista que o engendra dá forma à sua razão existencial. Por meio de um “Estado centralizado, com competência de mobilizar recursos em escala nacional”, foi possível dar cabo ao processo de expansão comercial. Desta forma, como destaca Novais (1997), há dois elementos essenciais para se compreender o modo de organização e funcionamento do antigo sistema colonial: de um lado, como “instrução e expansão da economia mercantil europeia”, onde as atividades se orientaram em conformidade com os interesses da burguesia comercial daquele continente; de outro lado, as colônias se constituíram como instrumento de poder das respectivas metrópoles, *como resultado do esforço econômico* dos Estados modernos. O quadro da centralização se completava conforme a colonização integrava um campo mais amplo, permeado pela política econômica, o qual teoriza e coordena toda a ação estatal moderna, nos referimos evidentemente à política mercantilista.¹⁸ É nesse contexto e “inseparavelmente dele que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação das colônias no Novo Mundo” (NOVAIS, 1969, p. 61) e é nele que se torna possível entender o modo de organização das atividades produtivas na colônia, bem como suas implicações em relação a outros aspectos da vida, seja políticos, econômicos ou sociais. Quer dizer, organizar uma especificidade de produção que se ajustasse aos interesses lucrativos do monopólio e das necessidades europeias, por exemplo, no século XVI, com a produção do açúcar e, posteriormente, com outros produtos dos trópicos, como o ouro, tabaco e o algodão. Este tipo de produção atende a determinadas características e o caráter que lhe cabe inerente à natureza da colonização da época e da necessidade da expansão mercantilista formou a tríade que conforma nossa particularidade: a monocultura, centralização da propriedade fundiária e o trabalho escravo.

¹⁷ MARTIN, Maximiliano Vicente. O sentido do colonialismo. In D’INCAO, Maria Angela. História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 89.

¹⁸ NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In Corpo e Alma do Brasil – Brasil em Perspectiva. 16ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1987, p. 47-50.

Em suma, vimos como o sistema colonial foi parte intrínseca do processo de acumulação primitiva e como a colônia esteve para além do simples comércio, foi também a força política que mobilizou os capitais dos estados nacionais e da burguesia mercantil que buscava sua autonomia e contribuiu para consolidação dos estados nacionais. É somente dentro desta órbita que entendemos a dimensão da categoria em Caio Prado e os fundamentos da formação econômica, política e social que se instala na colônia com a afirmação do capitalismo como modo de produção.

Os sentidos que orientam a revolução

Uma das questões centrais no pensamento de Caio Prado é a necessidade da superação de nossa condição colonial e dependente. Para tanto, projeta virtualmente os caminhos de uma possível transformação/revolução. Faz isso de uma forma inovadora, sem mesmo nominá-la, pois para ele isto já seria imitação calcada em perspectivas externas a nossa própria realidade. No entanto, uma coisa é evidente, o autor é um sujeito político conformado pela matriz comunista, e tem a certeza de que as desigualdades sociais e a superação da lógica da propriedade privada apenas se extinguirão a partir de formas teóricas claras, radicais e produzidas historicamente em conformidade com a superação dessa contradição. Para um marxista é no socialismo que desemboca a revolução brasileira,¹⁹ e mesmo tendo esta clareza e defendendo este programa, não aponta em sua teoria sobre a revolução brasileira as nomenclaturas apriorísticas que definem uma ou outra perspectiva.

Caio Prado mostra que após a desagregação do regime colonial o todo não tardará a ruir. Aquela estrutura colonial conformada por mais de três séculos é altamente abalada e, além do próprio regime, o comércio externo e demais privilégios econômicos, as regalias políticas e sociais, os quadros políticos e administrativos do país, ou seja, a estrutura das classes e o regime servil vão pouco a pouco sendo abalados pela nova conjuntura.²⁰ É a partir destas circunstâncias que o autor visualizava a possibilidade da formação de uma comunidade nacional e autônoma. Ao desfazer o domínio metropolitano, o Brasil pouco a pouco vai desenvolvendo seu campo econômico, ao mesmo tempo em que sua ligação com Portugal é quase extinta. O tratado de comércio com a Inglaterra, a grande aliada de Portugal, vai excluindo este das relações comerciais brasileiras. Soma-se a isto a guerra que se prolonga na Europa (período napoleônico), a devastação do reino e seu empobrecimento, as perspectivas da rica colônia que oferecia grandes

¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*, 6ªed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 16.

²⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 133-134.

regalias comerciais além das terras. Dentre outras questões, se destacavam: o desenvolvimento das manufaturas, a construção de estradas, melhoria dos portos, a introdução no país de novas espécies vegetais, a imigração de colonos europeus, o aperfeiçoamento da mineração, etc.²¹

Em relação ao processo político emancipatório que resulta na independência da colônia pós 1808, Caio Prado faz a análise verificando que havia um desacordo entre o sistema econômico legado e as novas necessidades de um país independente, em que os desajustamentos se constituíam apenas como reflexos daquela contradição, e que nos levaria a uma evolução contraditória. Havia uma tarefa a se construir no sentido de criar uma nação soberana a partir daquela condição, mesmo possuindo um nível material muito baixo. Para tanto, tratou-se de estruturar e manter um aparelhamento político e administrativo significativos, inaugurar serviços públicos e nivelar o país com o modelo externo europeu. Nos termos do autor, há duas questões importantes a serem tratadas a partir desta constatação pelo século XIX adentro: de um lado, veremos a ampliação de nossas forças produtivas, assim como o rápido progresso material e desenvolvimento tecnológico; por outro lado, a contradição fundamental mantida numa nova ordem, o trabalho escravo.²²

Em relação ao primeiro aspecto – e que diz respeito também à forma como o país procurou estabilizar as suas contas – se revelava um aspecto positivo, pois constituiu estímulos para a produção interna em substituição a exportação. No conjunto, observa Caio Prado, a depreciação cambial foi um fator importante para o desenvolvimento da indústria manufatureira no país, pois o maior desenvolvimento e prosperidade estiveram relacionados quando a moeda mais se desvalorizou. Anos mais tarde, as guerras mundiais forçaram o país a buscar substitutos à importação.²³ No que diz respeito ao segundo aspecto, o trabalho escravo, condição que apesar das inúmeras críticas que recebia, inclusive de caráter moral, efetivamente na prática cotidiana não era combatida, pois pela lógica da produção era o que constituía a alavanca principal para a economia no país.²⁴ A supressão do tráfico de trabalhadores africanos escravizados, assim como a sua abolição foram um tanto quanto processuais na história do Brasil. Mesmo com a independência política reconhecida pela Inglaterra e o alto preço cobrado, para a supressão total daquela instituição ainda assistiríamos a uma longa jornada. O país se comprometeu até 1826 a

²¹ Idem, p. 139-140.

²² PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 149-150.

²³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 126-128.

²⁴ Nota Caio Prado (s.d., p. 152) que a posição escravista se reforçou posteriormente ao processo de independência, com a ascensão ao poder e a direção política do Estado daquela classe mais diretamente interessada na conservação do regime, qual seja, os proprietários rurais, que se tornaram sob o Império a força política e socialmente dominante. No entanto, se desenvolve também uma posição teoricamente antiescravista no país, por um lado pela contradição da estrutura servil com um novo Estado político; por outro, por ter-se abolido o tráfico, a escravidão seguiria o mesmo passo.

proibir o tráfico, e posteriormente, a prática seria condenada como pirataria. No entanto, apenas em 1831 o Brasil promulgou uma lei em que aquele processo seria realmente proibido, mas ao mesmo tempo, foi nesse período que a classe dos proprietários rurais tornou-se bastante poderosa no país, após a abdicação do trono pelo Imperador. Após renúncia, o processo é logo reinvertido. Em 1845, o parlamento inglês aprovava o *Bill Aberdeen*, que declarava o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico, quinze anos após o comprometimento do país em extinguir por completo aquele artifício. Mas foi apenas na década de 1850, a partir de pressões inglesas mais objetivas, que houve teoricamente iniciativas contundentes para a supressão efetiva do tráfico, com a aprovação da Lei *Euzébio de Queiroz*, que vetou efetivamente o comércio de homens interatlântico. Lembramos também que, em 1871, o governo consagrava a chamada *Lei do Ventre Livre*, que apesar das suas limitações declarava livres os filhos de escravizados nascidos daquela data em diante, e doze anos depois, a criação da *Confederação Abolicionista*, a qual congregava campanhas das várias sociedades que lutavam pelo fim da escravidão. Nessa Confederação os próprios escravizados atuavam como parte do movimento organizando fugas, resistências e etc., para em 1888 conquistar a completa abolição, pelo menos do ponto de vista formal, com a Lei Áurea.

Ressaltamos de forma sumária estas circunstâncias em nossa análise porque Caio Prado aponta que com a abolição efetiva do tráfico se encerrava a fase de transição que se estendia desde a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. Aquele seria o último toque do conjunto em relação às reformas que o país passava e que mudaria profundamente a sua estrutura, deixando de ser a colônia submetida ao exclusivismo mercantil de Portugal e se transformando em “Estado Soberano, aberto à livre concorrência internacional”.²⁵

Como observou Caio Prado, o problema da escravidão será efetivamente combatido de uma forma mais veemente apenas a partir de 1850, o que trará como consequência outra problemática para o país: a deficiência em relação à mão de obra. Tal escassez forjará uma solução rápida ao problema: a imigração europeia. Esta se completou em nossa história marcada pela diferenciação a qual, até então, nosso país (colônia) conheceu como fruto do processo de colonização, pois fora outrora marcada pela relação de exploração. Agora o processo de recrutamento e fixação de outros povos foi chamado de “imigração subvencionada”.²⁶ A imigração nesses novos termos foi estimulada por uma política oficial para fixação de novos trabalhadores no Brasil e para promoção de seu povoamento.

²⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p.163.

²⁶ Idem, p. 205.

A imigração europeia junto com os processos já verificados a partir da vinda da Família Real para o país e o processo de Independência, somada à extinção do tráfico de trabalhadores africanos escravizados e a abolição efetiva da escravidão representam, na visão de Caio Prado, os elementos centrais sobre as circunstâncias e possibilidades para uma possível ruptura, ao menos do ponto de vista econômico e social em nossa sociedade, da passagem de um estágio a outro em nossa formação social, qual seja: da colônia para a possibilidade de formação de uma nação. Cada um desses momentos foi verificado pelo autor, completando um sentido em nossa história e trazendo em sua composição as possibilidades de um novo *vir a ser* em nossa conjuntura, antes da República Nova. Os desdobramentos ocorridos a partir daí sinalizaram reais formas de organização social pautada sob os novos elementos esboçados pelo período histórico.

Estas foram as grandes etapas decisivas da revolução brasileira que marcaram a nossa evolução, a linha mestra de desenvolvimento rumo à nação de amanhã. A Independência marca a estruturação do Estado brasileiro em relação aos aspectos da centralização política, administrativa e social - com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro se dinamiza o país num todo único - e a partir daí orientará o conjunto da sociedade fundamentalmente no que tange ao aspecto econômico e financeiro. A incorporação da massa trabalhadora, como consequência da supressão do tráfico e da abolição, serviu de estímulo à imigração europeia de trabalhadores e o afluxo de contingentes demográficos consideráveis; este artifício teve como implicação a integração da massa trabalhadora no conjunto do país, a ativação da economia e do desenvolvimento do mercado interno, a mudança nos padrões de cultura da sociedade brasileira, além do salto qualitativo e quantitativo proporcionado por esta mão de obra no país. Caio Prado destaca, a par deste processo, que se superava definitivamente a natureza e a estrutura colonial do país, o que dava margem e possibilidades para a completa integração nacional.

Com o conjunto das transformações verificadas, o país entrava numa nova fase, a da era econômica que fora desconhecida até então, moderna e financeirizada, que proporcionava concentração de capitais e a expansão das forças produtivas em uma tentativa de fazer a sincronização das atividades internas com as do capitalismo em âmbito mundial. Esta acumulação seria o resultado direto das lavouras de café e da substituição de trabalho escravizado por trabalho livre. Além disso, a partir do incremento de sua vida financeira nota-se: “multiplicação dos bancos, das empresas financeiras em geral, das companhias de seguros, dos negócios de Bolsa, permitem captar e mobilizar, em escala que se vai fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista” (PRADO JÚNIOR, s.d., p. 212).

Operando as categorias para a revolução brasileira

A comunidade nacional virtualmente projetada pelo autor seria uma plataforma a ser constituída em meio a custos altos em nossa conjuntura, pois todas as deficiências apontadas em nossa formação ainda estavam latentes. A ausência de progresso técnico, a carência de capitais, a deficitária estrutura do país, a acumulação capitalista – que se esboça à custa do empobrecimento do povo – e uma indústria que se forma a par das vicissitudes do comércio externo, conformaram o pano de fundo das possibilidades de nossa condição.

Procurando trazer à tona o discurso político de Caio Prado em meio à ciência operada pelo autor, já que esta é a base de sua interpretação e proposição, destacava o seguinte aspecto acerca de nossa condição econômica e social: para nos ocuparmos dos problemas brasileiros é necessário consciência do processo no qual o país esteve inserido e a capacidade de despontar este artifício como ação; além disso, assinalava que o conhecimento adquirido a partir deste procedimento pode nos proporcionar as diretrizes da futura evolução econômica, ou seja, a contribuição para a construção de uma concepção teórica a partir dos instrumentais existentes, e que seja também expressão teórica de nossa particular conjuntura.²⁷ Em função deste procedimento, apontava o autor: só a dialética materialista pode oferecer as bases para as considerações que se almejam sobre a realidade brasileira, pois, por meio desta análise, é possível buscar a objetividade nos próprios aspectos considerados da história, assim como da realidade econômica e política do país.²⁸ A teoria da revolução brasileira, para ser algo prático em relação aos fatos será a interpretação da conjuntura presente e da história que resulta: é nisso que consiste o método dialético, interpretação e não um programa *a priori* dos fatos que a constitui.²⁹

A partir desta constatação, Caio Prado procura verificar nos ciclos de nossa história econômica sua composição de forma processual, para posteriormente considerar algumas conclusões: as características do *sentido da colonização* em nossa forma de ser e as possibilidades de ruptura em relação a dinâmica pretérita. Nesse sentido, e em primeiro lugar constata em sua análise sobre período colonial que nossa conjuntura econômica foi organizada e evoluiu em função do comércio externo, e tudo o mais que nela se encontra é secundário e só existiu para manter o funcionamento do sistema em função do primeiro – setor externo e mercado interno.

²⁷ Reforça essa condição em 1957, em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, obra em que aponta a necessidade de articular a análise econômica, a teoria e a prática, o pensamento e a ação como a condição essencial da construção das teorias econômicas particularmente em países como o Brasil (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 9).

²⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 52-57.

²⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 19.

Aponta o caráter de cada ciclo, em que uma fase de ascensão sugere outra necessariamente de esgotamento, e assim se constituiu em função daqueles produtos com maior rentabilidade no mercado internacional. Diz o autor (PRADO JÚNIOR, 1954) que nosso marginalismo é produto da decomposição de um ciclo que já foi florescente, e isso acabou sendo uma regra em todos os períodos da história do país. De certa forma, está considerando o processo de instabilidade que marcou profundamente o desenvolvimento econômico do Brasil, pois toda nossa história está submetida e marcada por esta característica.

Uma das questões centrais no debate apontado pelo autor e que seguirá a sua linha de interpretação a partir das constatações reveladas, está ligada ao caráter da revolução brasileira. Em um debate com as correntes de esquerda identifica em sua análise a particularidade de nosso modo de produção, totalmente dissociado e distinto da compreensão dominante até então, fundamentalmente, contrária à de seu partido, o PCB. Citamos a contenda porque Caio Prado já apontava no livro de 1954 o diagnóstico esboçado anteriormente sobre a formação econômica e social do país, embora só concluído de forma mais elaborada em 1966.³⁰ Nesse sentido, contesta a interpretação que se tinha sobre o Brasil, dominante neste campo, segundo a qual o país se encontrava numa fase pré-capitalista, o que dava margens ao entendimento de que estávamos em um processo evolutivo rumo ao capitalismo. De certa forma, quando as análises aproximam o Brasil desta perspectiva, desconsideravam o desenvolvimento de uma série de características, como a germinação dos processos que levariam o capitalismo a ser o que é entre nós. Na Europa, foi a negação do sistema feudal de produção, mas no Brasil, apontava Caio Prado, o sistema econômico não derivou necessariamente do desenvolvimento das forças produtivas internas e do esgotamento de outro sistema econômico dominante. Por aqui foi uma imposição a partir de contingências estranhas e se construiu “em função e oposição ao sistema econômico brasileiro, isto é, sistema de país periférico e de economia complementar”.³¹

Outro aspecto importante observado por Caio Prado (1954) diz respeito à ideia da atuação do imperialismo em nossa economia. Tal leitura, assim como a interpretação equivocada acerca dos resquícios feudais, implica um conjunto de proposições políticas a partir da leitura de realidade que se faz da conjuntura. Nesse sentido, como nota o historiador, com claras referências a Lênin, este se constituiu pela fase na qual o capitalismo industrial passa à predominância absoluta do capital financeiro sobre a economia dos países capitalistas,

³⁰ Notamos que um dos debates centrais colocado pelo autor e que correspondeu à interpretação contrária a seu Partido foi elaborada em 1942, com sua obra máxima da historiografia brasileira *Formação do Brasil Contemporâneo*, lá apresenta a tese sobre a diferença entre a grande propriedade escravista ou a grande exploração agrícola da grande propriedade feudal.

³¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 76-78.

pois é nesta fase que o capitalismo assume uma feição imperialista e passa a manter uma dominação internacional do conjunto das economias, da política etc, internacionalizando-os. No Brasil o imperialismo encontrou uma situação ideal, a dependência do país em relação ao capital internacional fez dele um campo aberto à sua atuação, pois já era um apêndice daquele mercado, por aqui todas as premissas capitalistas já estavam incorporadas na ordem econômica que se organizou em função de atividades mercantis. O autor faz a distinção em relação à atuação do imperialismo com as colônias ou semicolônias do Oriente asiático, onde constata que o sistema encontrou por lá estruturas sociais e econômicas mais consolidadas pela sua própria história³² e, por isso, reagiram muito mais violentamente contra a imposição e penetração da dinâmica imperialista em seus territórios³³, diferentemente do que se observa nos trópicos americanos. Na América Latina se deveria observar que a penetração imperialista se deu de maneira imbricada e entrosada na vida econômica, política e social de todos os países da região, que desde sempre participaram das relações que constituíram as relações econômicas capitalistas.³⁴

Se na base de nossa condição econômica esteve a dependência dos mercados externos e a questão de o país ser apenas produtor de mercadorias, além de nossa economia se estruturar em função desta condição por um lado estranha a nós, tal processo foi uma constante em nossa evolução e se prolongou até a formação de uma economia modernizada e industrial, mas que, no entanto, teve repercussões importantes que atingiram a nossa condição social. Em relação ao trabalho, por exemplo, contribuiu para efetivação do trabalho livre, mesmo que a partir de processos migratórios; por outro lado, a feição capitalista que se desenvolveu por aqui reforçou ou manteve a antiga estrutura agrária. O Brasil permaneceu produtor daquelas matérias primas para o mercado internacional e continuou girando em círculos, conforme notou Caio Prado (1954). De qualquer forma, o imperialismo representou uma inserção um tanto quanto profunda na economia dos países coloniais, colocando-os na dependência estrutural do capital

³² Caio Prado (1978, p. 111-112) contesta essa ideia em relação ao Brasil de uma pseudo “burguesia nacional” ou antiimperialista e progressista, que combatia outra categoria burguesa aliada ao imperialismo, esta com características mais reacionária, retrógrada e aliada dos latifundiários. Nota o autor, que esta ideia de duas burguesias está ligada ao modelo chinês, muito aquém de nossa realidade. Por lá, a clientela que adquiria mercadorias estrangeiras, os chamados “compradores” eram vistos como aliados dos estrangeiros europeus por que se contrapunham aos costumes milenares tradicionais dos chineses. A hostilidade aos compradores se fazia mais forte em função da concorrência que as mercadorias europeias fizeram à produção interna, em prejuízo do artesanato local. Com o desenvolvimento de padrões ocidentais na China, bem como de uma indústria, dá-se vida a uma nova categoria de capitalistas e homens de negócios, ou seja, a formação de uma burguesia estritamente nacional. Um dos traços essenciais dessa burguesia foi o conflito com o estrangeiro e o sistema econômico que este representava, o imperialismo. Daí o conflito da burguesia nacional antiimperialista com a burguesia compradora, esta aliada e associada ao estrangeiro.

³³ PRADO JÚNIOR, Caio. Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 85.

³⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 68.

internacional, incluindo o mercado interno à sua subordinação completa, pois estes são supridos por importações que representam justamente o momento de afirmação da dinâmica imperialista em tais regiões e contextos, diz o autor:

(...) as indústrias imperialistas que se instalam nas colônias, como aqui no Brasil, com a finalidade de operar para o mercado interno, não constituem na generalidade dos casos senão um complemento daquele comércio importador e nele se entrosam nitidamente. (...) Para penetrarem no Brasil com seus produtos, começam instalando representantes ou agências comerciais. Mais tarde, para se aproveitarem, além de outras conveniências, da mão de obra mais barata e dócil que o país lhes oferece, instalam aqui indústrias subsidiárias que são como prolongamento delas, uma seção de acabamento dos produtos (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 99-100).

A partir da constatação da forma como o mercado internacional (imperialismo) atuou em nossa economia, ou seja, por um lado diversificando a produção, em particular a indústria, mas por outro lado, após as mesmas empresas imperialistas se instalarem no país, monopolizando-a, Caio Prado aponta que uma prática política mais coerente deve surgir a partir do próprio processo de desenvolvimento destes acontecimentos,³⁵ ou seja, “(...)averiguar, com base nos fatos da evolução econômica e da conjuntura atual em que nos encontramos, qual a política econômica proposta por esses mesmos fatos tal como eles efetivamente se apresentam e se desenvolvem” (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 106). Mesmo apontando que a diversificação das atividades produtivas, assim como a indústria, traz modificações significativas no conjunto da economia brasileira, representando um passo importante na superação da velha condição colonial, por outro lado, nota que reforça o sistema ou mesmo o renova sob outras bases, pois os interesses dos *trustes* aqui instalados pautará o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira³⁶, colocando a economia a seu serviço, diz,

Numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação consequente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações, essenciais à nossa substância, e os dispendiosos serviços dos bem remunerados *trustes* imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país (PRADO JÚNIOR 1978, p. 89).

³⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 105.

³⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 88.

O nosso sistema econômico visto como expressão do sistema colonial é verificado pela desproporção entre as perspectivas e oportunidades que o próprio sistema oferece, bem como do nível de necessidades que a sociedade brasileira necessita para dele viver. O efeito direto, como já notamos, é a limitação das nossas forças produtivas por sua dependência em relação ao mercado externo, já que o interno é inteiramente condicionado por este. No entanto, esta mesma limitação, no que diz respeito à desproporção entre as necessidades da sociedade brasileira, assim como as restrições ao desenvolvimento das forças produtivas em função do sistema econômico vigente, sugere sob outro aspecto e como perspectiva algo de novo tipo:

Uma economia propriamente nacional em que se entrossem e articulem diretamente entre si aquelas necessidades do país e as suas forças produtivas; em que produção e consumo se integrem num conjunto e unidade onde evoluam (...) sem serem condicionadas (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 160).

O autor salienta nesta análise a necessidade de o país constituir uma base econômica onde o parâmetro não seja o mercado externo, mas uma atividade produtiva que se desenvolva a partir das necessidades próprias do país, onde o consumo condicione a produção e vice-versa. Entendemos que com estas proposições esboçadas em 1954 Caio Prado opera a partir de nossas bases econômicas reais uma condição analítica e propositiva também distinta, em que a partir da ausência de um modelo pré-definido, mas respaldado pela análise concreta da realidade de nossa economia (colonial), apresenta um esboço das formas de superação daquela condição que estariam na ampliação e materialização de um mercado interno que estimulasse o consumo e a produção. Cabe ressaltar a afirmação de Caio Prado no qual aponta a obviedade sobre onde desembocará o processo: “é claro que, para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira (...) o socialismo é a direção na qual marcha o capitalismo (...) contudo representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 16).

O pano de fundo deste debate, a partir das constatações do autor ao fazer a análise da nossa história é o da proposição de uma nova economia.³⁷ Incitada ao encontro das precisões teóricas de uma economia a ser elaborada em função das nossas reais necessidades, do nosso mercado interno e que rompesse a totalização absoluta dos termos clássicos e aplicáveis a todos os tempos e demais condições, nota que o ponto principal de seu desenvolvimento econômico

³⁷ Afirmava esta condição também em 1957: “o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõe-se uma política econômica inspirada em concepções originais ditadas pela especificidade das condições em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica.” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 213-214).

está correlacionado ao estímulo do consumo, pois, pela análise de nossa própria condição, verifica que a característica dada ao estímulo comercial foi o fato peculiar de nossa conjuntura econômica em todas as fases da produção. Em suma, sua análise não visa “traçar um programa para política de mercado” (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 223), mas apontar proposições para uma política que propenda à transformação da economia brasileira em feições distintas do que está posta e que atenda às necessidades reais da sociedade, dentro das próprias relações capitalistas de produção que nos conformou. Essa análise parte do fato da averiguação de que no Brasil não se constituiu, a exemplo de outros países, a eclosão e o progresso de um capitalismo nacional, que desse impulso ao desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, aponta o legado colonial como um entrave no que diz respeito à estrutura agrária de produção, pois seu reflexo é visto na concentração de propriedade fundiária e monopólio das terras que constrange a produção agropecuária e o próprio desenvolvimento do sistema. Visualiza que parte da solução estaria no desenvolvimento de um mercado interno e aproveitável, de maneira a orientar as ações produtivas em conjunto para que se alertem os mercados e prevaleçam os estímulos que podem e desejam proporcionar.

O Brasil passo a passo emergiria daquela estrutura colonial em direção à formação de uma economia qualitativa e quantitativa diferentes. Os braços que construíram este país se tornam cidadãos e participantes efetivos da vida nacional em substituição ao mero negócio que o constituiu desde o início dos tempos; o conjunto da sociedade se transforma e a economia se diversifica; em relação à constituição de um mercado interno, superaria as expectativas do externo, orientando as atividades produtivas. A indústria corresponde em última instância à eclosão desta perspectiva.³⁸

Caio Prado considera que é apenas nos fatos e situações presentes, no nosso caso o mercado interno, nas tramas históricas coloniais e as contradições em relação ao trabalho e o nível material dos trabalhadores e a partir deles, que se acham atuantes e presentes os conflitos que nos sinalizariam as possibilidades de superação. Ou seja, é na sobrepujação do Brasil Colônia e na integração nacional do país – no sentido de este servir à sua população e a si mesmo como nação independente e soberana – que se mostra possível esboçar uma perspectiva que supere estas limitações. Quanto à natureza desta revolução, para o autor trata-se não apenas de apurar a sua designação, mas de se permitir dar um rumo às transformações socioeconômicas de alcance, que levem o país à superação de seu estágio ainda marcado pelas circunstâncias de sua formação colonial. No caso, trata-se de um programa de reformas que supere as contingências dessa nossa formação colonial, reorientando a economia do país para organizar a população, as atividades e a

³⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 82.

distribuição e repartição dos recursos provenientes destas atividades. De certa forma, a planificação geral das prestações econômicas deve ser centralizada pelo Estado, combinando iniciativas e empreendimentos públicos e privados de forma orientada e racional, organizando as atividades produtivas de forma que a produção para o mercado interno, em relação ao consumo final, seja prioritariamente de bens e serviços básicos para a população, e distribuindo equitativamente os recursos financeiros. Tal parceria e controle estatal deve gerir a integração do trabalhador rural nas mesmas condições de todos os trabalhadores.³⁹

Referências:

Obras de Caio Prado Jr.:

PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*, 21ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, 10ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.).

_____. *A Cidade de São Paulo: geografia e história*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é história, 1989.

_____. *História e Desenvolvimento: a Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro*. 2ª reimpressão da 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

_____. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: A Platea, 25 de julho de 1935. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/expo/caioprado/index.htm> >

³⁹ Idem, p. 166-167.

_____. É Preciso Deixar o Povo Falar. In MOTTA, L. D. *A história vivida*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981.

Obras sobre Caio Prado Jr. e outros:

ALVES, Rodrigo T. *O Capital como Sujeito e o “Sentido da Colonização*. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A017.pdf>, 2005. Acesso em: 20/02/2012>.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma Sociologia dos Intelectuais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, nº 4, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma Via não Clássica para o Capitalismo. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

ENGELS, Friedrich. Org. José Paulo Neto. *Engels: Política*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 17, São Paulo: Ática, 1981.

FARIA, Antônio Augusto, e BARROS, Edgar Luiz. Getúlio Vargas e sua Época. 2ª ed., São Paulo: Global Ed., 1983.

FERREIRA, Heitor Lima. Caio Prado e seu Tempo. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GASPAROTO, Jayme W. Militância. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

IANNI, Octávio. A Dialética da História. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. *Caio Prado Júnior: História*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1982.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: Uma Trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LIMONGI, Fernando P. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense*. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm. Acesso em 20/02/2013>.

KAREPOVS, D. Caio da Silva Prado Júnior: Um Perfil Biográfico. In _____. (Coord.) *Caio Prado Júnior - Parlamentar Paulista*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003.

KONDER, Leandro. *Caio Prado Jr.: Nadador e Aviador*. In *Revista USP*, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998, p. 58-63.

_____. *A Derrota da Dialética: a Recepção das Ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.

MARX, Karl. *O Capital*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1984, Vol 1, tomo 2.

MARTIN, Maximiliano Vicente. O Sentido do Colonialismo. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

MELO, Jayro Gonçalves. A Questão da Ruptura na Historiografia Brasileira. In: D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

NETO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAIS, Fernando A. Considerações Sobre o Sentido da Colonização. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB*, nº 6, 1969.

_____. "Caio Prado Jr., historiador", *Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 2. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1983.

_____. Condições da Privacidade na Colônia. In *História da vida privada no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In *Corpo e Alma do Brasil - Brasil em Perspectiva*. 16ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1987.

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 8ª ed., São Paulo: Hucitec, 2005.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. *Caio Prado Jr.: Sentimento do Brasil*. In Revista USP, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998, p. 78-87.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e a “A Revolução Brasileira”. In: Revista Brasileira de História, vol. 19, nº 37. São Paulo, setembro de 1999.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2000.

SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad – FAPERJ, 2001.

SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o Sentido da Revolução*, 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2008.

VICTORIANO, R. Marcia. *A Questão Nacional em Caio Prado: Uma Interpretação Original do Brasil*, 1ª ed., São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

WIDER, Maria Célia. *Caio Prado Jr.: um intelectual irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007.